

FORMAÇÃO DOCENTE, INTERCULTURALIDADE E INCLUSÃO DIGITAL

UBERABA/MG MAIO/2017

ROGERIA MOREIRA REZENDE ISOBE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO -
rogeriaisobe@gmail.com

NEIDE BORGES PEDROSA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO - neibpedrosa@gmail.com

Tipo: RELATO DE EXPERIÊNCIA INOVADORA (EI)

Categoria: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS

Setor Educacional: EDUCAÇÃO CONTINUADA EM GERAL

RESUMO

Este trabalho objetiva relatar a experiência de capacitação docente desenvolvida em um curso de aperfeiçoamento realizado no período de 2014 a 2015 sob a coordenação de professores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). O processo de formação buscou qualificar a abordagem sobre a cultura indígena nas escolas, conforme determinação da Lei 11.645/2008 e também debater sobre a implementação de ambientes digitais nas comunidades indígenas, numa perspectiva de emancipação que enfatiza, sobretudo, a interação ativa do sujeito com as mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. O curso – preconizado pela Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM) – foi estruturado em duas atividades articuladas: aulas presenciais e a distância; seminários temáticos com a participação de representantes de comunidades indígenas localizadas em Ji-Paraná/Rondônia, que palestraram sobre a inclusão digital nas aldeias Arara (Karo) e Gavião (Ikólóéhj). A experiência evidenciou a potencialidade do protagonismo indígena nas ações de formação continuada para o desenvolvimento de uma educação intercultural e demonstrou, por sua vez, que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados para efetividade dos processos de inclusão digital no Brasil

Palavras-chave: formação docente; inclusão digital, interculturalidade

Introdução

A construção de uma escola intercultural com ênfase na diversidade das culturas hibridizadas tem sido uma das questões discutidas nas propostas de formação docente, pois se apresenta como possibilidade de superação das ambiguidades, conflitos e tensões advindas da cultura homogeneizadora e excludente da escola atual. Nessa conjuntura, a Lei federal nº 11.645 de 10 de março de 2008 estabelece a obrigatoriedade do ensino das culturas Afro-Brasileiras e Indígenas nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2008).

A determinação legal não significa, entretanto, a concretização de uma educação intercultural nos estabelecimentos de ensino, pois a formação inicial dos professores ainda contempla de forma incipiente o ensino daquelas temáticas. Torna-se necessário, portanto, a ampliação dos cursos de formação continuada para desconstrução de estereótipos existentes em torno das expressões socioculturais daquelas populações.

No que se refere às culturas indígenas, cabe salientar que nos últimos anos houve um aumento gradativo da produção bibliográfica que analisa a abordagem sobre a temática nas escolas (BONIN, 2006; GRUPIONI, 1996; BERGAMASCHI, 2008; BERGAMASCHI e GOMES, 2012; SILVA, 2012,). As investigações sinalizam o predomínio de concepções preconceituosas e imagens estereotipadas, pois “dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto, e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil” (GRUPIONI, 1996, p. 424).

Um dos estereótipos relacionados à cultura indígena refere-se ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas aldeias na medida em que, as representações construídas sobre os povos indígenas, não ultrapassam a imagem caricatural de índios vivendo em harmonia com a natureza pescando e caçando e não como sujeitos atuantes no Brasil contemporâneo, com direitos, portanto, de acesso às indústrias culturais (cinema, rádio, televisão, imprensa) e TICs (escrita, informática, telecomunicações).

É nesse caminho de reflexões que se situa a experiência de formação continuada de professores desenvolvida no âmbito do projeto “Culturas e História dos Povos Indígenas” (CHPI/UFTM), desenvolvido com o objetivo de contribuir para a implementação qualificada da Lei 11.645/2008. O projeto foi realizado por docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), professores e tutores selecionados no âmbito das ações preconizadas pela Rede Nacional de Formação Continuada dos

Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM).

O objetivo desse trabalho é relatar a experiência de formação destacando o perfil dos cursistas e a metodologia do curso operacionalizado por meio duas atividades articuladas: 1) aulas presenciais e a distância; 2) seminários temáticos.

A experiência de realização de seminários configura-se como inovadora na medida em que possibilitou o protagonismo indígena dando “voz aos índios” para que eles falem por eles mesmos em vez de ser mais um seminário que fale “sobre eles”. Isso ocorreu devido a participação de representantes indígenas provenientes de Rondônia que palestraram sobre a inclusão digital em suas comunidades. A proposta de dar voz aos índios possibilitou a revisão de preconceitos que os não-índios constroem historicamente sobre eles.

Atividades de formação

O projeto de formação teve como público alvo professores em exercício da Educação Básica da rede pública municipal de ensino. Foi desenvolvido com 123 professores provenientes de seis municípios: Delta, Conceição das Alagoas, Planura, Pirajuba, Veríssimo (Minas Gerais) e Igarapava (São Paulo). Tais municípios são integrantes da área de abrangência da UFTM, devido à proximidade com a cidade de Uberaba, sede da instituição. Quanto ao número de habitantes, os seis municípios possuem a média de 13.038 sendo o número máximo 27.900 e mínimo 3.890 habitantes

O curso de aperfeiçoamento foi estruturado em 03 módulos de 60 horas, perfazendo um total de 180 horas/aulas, desenvolvidas no período de junho/2014 a Fev/2015. As atividades formativas ocorreram em dois pólos: 1) Conceição das Alagoas; 2) Igarapava. Metodologicamente o curso foi organizado em atividades presenciais (40h) e à distância (20h), operacionalizadas com carga horária de 2 horas e quinze minutos para cada módulo, e em cada mês. Essa carga horária foi oferecida a quatro turmas (30 a 31 alunos), concomitantemente. Os módulos se constituíram numa sequência didática, em que o/a ministrante retomava as atividades do módulo anterior e, portanto, se constituiu num todo articulado.

As atividades presenciais foram desenvolvidas, por meio de aulas expositivas e dialogadas associadas à utilização de recursos audiovisuais, palestras e oficinas. O processo formativo propôs, ainda, uma abordagem diferenciada de trabalho contando

com a colaboração de uma professora da etnia Xavante proveniente do Estado do Mato Grosso - Parque Indígena do Xingu. A docente realizou palestras e oficinas favorecendo, desta forma, o protagonismo indígena nos processos de revisão crítica dos estigmas e preconceitos que marcam uma sociedade etnocêntrica.

As atividades monitoradas à distância foram acompanhadas pelo professor responsável por ministrar a carga horária presencial, auxiliado pelo tutor. O projeto previa que as atividades à distância fossem realizadas com a utilização da plataforma *Moodle* (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) para que os cursistas tivessem oportunidade de entrar em contato com esta interface promotora do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, diante da realidade encontrada, a operacionalização daquelas atividades não foi realizada conforme previsto. Entre os problemas encontrados destacam-se três questões principais: dificuldade de acesso a computadores; falta de habilidade em informática por parte de muitos cursistas (que gera insegurança e resistência ao uso das tecnologias digitais); instabilidade da internet.

A propósito dos problemas mencionados, Bonilla e Pretto (2007) afirmam que a dificuldade de acesso aos computadores ainda é uma realidade a ser superada para vivência plena da cultura digital. Os autores afirmam que os professores fazem parte da parcela da população com acesso restrito às facilidades do mundo contemporâneo, uma vez que, devido aos baixos salários, muitos docentes não dispõem de condições econômicas para arcar com as despesas relacionadas à aquisição, consumo e uso dessas tecnologias.

Sobre a dificuldade dos cursistas no manuseio de forma correta e plena com a informática, Mattos e Chagas (2008) advertem que o simples acesso aos dispositivos de tecnologia não é condição suficiente para a construção da cultura digital uma vez que, em nosso país, a exclusão digital está associada às desigualdades sociais, econômicas, culturais e regionais. Ao analisar os limites das políticas públicas de inclusão digital no Brasil que priorizam medidas como doação de computadores e replicação de modelos de telecentros, os autores argumentam que é preciso considerar os termos qualitativos desse processo, pois a inclusão digital efetiva pressupõe a apropriação crítica e social das tecnologias digitais, ou seja, relaciona-se ao empoderamento do sujeito para a transformação de sua realidade.

Um complicador adicional encontrado na operacionalização das atividades à distância – e que também é um desafio para a inclusão digital – refere-se à instabilidade da internet nos pólos de realização do curso. Sobre essa questão Lemos e Marques (2012) defendem a criação de um plano nacional eficiente e igualitário na oferta de serviços de

banda larga de internet uma vez que tais serviços – atualmente ofertados por parte das operadoras – são extremamente precários em determinadas regiões e localidades do interior do país.

Diante do exposto, as atividades à distância foram desenvolvidas por meio da leitura e produção de texto, desenvolvimento de práticas pedagógicas produção de material informativo para a utilização na sala de aula, de acordo com a realidade da escola e com os temas discutidos no módulo.

Nessa conjuntura, considerou-se importante oportunizar aos cursistas reflexões sobre o potencial da inclusão digital para a emancipação humana e sua relevância para o desenvolvimento pleno da cidadania. Para tanto, buscou-se articular as questões referentes à temática indígena nas escolas com reflexões acerca dos processos de inclusão digital no Brasil. Essa articulação foi possível por meio de outra metodologia de formação: a realização de seminários temáticos com a participação de professores indígenas representantes de duas etnias que vivem na Terra Igarapé Lourdes no município de Ji-Paraná em Rondônia.

Na palestra “protagonismo indígena e novas tecnologias” proferida por Sebastião Gavião – professor indígena representante da etnia Gavião (Ikólóéhj) – destacou-se os processos de implantação de ambientes digitais nas aldeias de Rondônia, como parte de um processo de inclusão digital das comunidades indígenas numa perspectiva de emancipação humana. Isso significa o reconhecimento das comunidades indígenas sobre a importância de superar a mera utilização instrumental da informática tecnologias na direção de uma apropriação efetiva das tecnologias como instrumento de luta por seus interesses e sobrevivência. O palestrante destacou que as TICs têm como característica principal possibilitar que os povos indígenas possam construir um papel ativo na produção e veiculação de informações próprias, como emissores em conexão com as mídias digitais.

A palestra foi importante para a desconstrução de estereótipos presentes no ambiente escolar no qual a temática indígena é abordada de forma superficial, descontextualizada e marcada pelas visões da literatura romântica do século XIX, que representa o indígena idealizado como exótico ou em situações que o vitimizam além de desconsiderar os processos de inclusão digital deste segmento. A propósito são pertinentes as observações de LÉVY (1999)

[...] acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um acesso ao equipamento, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...) devemos antes entender um acesso de todos os processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autcartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no `virtual`, nem a que um deles `imite` o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro (p.196)

Nessa perspectiva, a inclusão digital é considerada como uma das formas de combater estereótipos e equalizar oportunidades em uma sociedade marcada por diversas formas de exclusão das diferentes etnias e classes sociais. Para Sorj (2003, p. 14) “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade elas constituem hoje uma das condições fundamentais de integração na vida social”.

A palestrante Marli Peme – professora indígena representante da Etnia Arara (Karo) – versou sobre “cultura digital e identidades” destacando que o docente indígena, além de não querer continuar à margem das novas tecnologias – computadores e outras mídias – anseia por produzir material didático específico em seu idioma como forma de preservação da cultura e identidade de seu povo. A docente relatou ainda os sentimentos experienciados frente ao desafio de se incluir na cultura digital e, ao mesmo tempo, zelar pela preservação de sua cultura.

A propósito das relações entre inclusão digital e cultura indígena, Pedrosa (2013) argumenta que o acesso qualificado às inovações tecnológicas pode contribuir para preservação das etnias indígenas na luta pela garantia de seus direitos sociais e superação das situações de preconceito que desconsideram seu protagonismo histórico.

Os palestrantes apresentaram diversas fotografias e vídeos sobre as experiências realizadas nas aldeias da Terra Igarapé Lourdes contribuindo, desta forma, para desconstruir representações e estereótipos de cunho eurocêntrico que se arrastam ao longo da história. Em tais representações, reiteradas nos livros didáticos das escolas brasileiras, aqueles grupos étnicos são personagens de um passado remoto no qual supostamente deveriam viver frequentemente nus, caçando e pescando nas matas para a preservação de suas culturas. Nessas imagens caricaturais reproduzem-se a

dicotomia entre “índios puros”, vivendo nas matas *versus* “índios contaminados pela civilização”. A propósito dessa questão, são pertinentes as observações de Bonin (2010)

Um dos efeitos de tais representações é a produção de um lugar para eles sempre no passado [...] E porque são vistos como sujeitos genéricos, amalgamados à natureza, causa-nos grande estranhamento a presença de indígenas nas feiras, participando de atividades comerciais, nas ruas de centros urbanos (p. 78).

No âmbito de um modelo escolar fundamentado historicamente na tradição etnocêntrica ocidental, a divulgação das experiências de inclusão digital das etnias Gavião e Arara foram de extrema relevância para o desenvolvimento de diálogos interculturais pautados no reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural.

Considerações finais

A desconstrução gradual de preconceitos e estigmas com a cultura e história dos povos indígenas exige a formulação de estratégias de formação continuada bem como a ampliação de espaços de debate e reflexão que fomentem o protagonismo de povos e lideranças indígenas neste processo.

Na operacionalização dos processos de formação continuada observou-se que a inclusão digital dos professores provenientes das cidades interioranas ainda é um desafio a ser enfrentado, particularmente no que se refere aos problemas de dificuldade de acesso a computadores; falta de habilidade em informática por parte de muitos cursistas (que gera insegurança e resistência ao uso de novas tecnologias); instabilidade da internet.

A experiência inovadora de realizar seminários que priorizam o protagonismo indígena possibilitou a divulgação dos processos de inclusão digital vivenciados pelas etnias de Rondônia que lutam para sair da marginalidade e se tornarem participes da chamada Sociedade da Informação. A proposta de dar voz aos índios possibilitou a revisão de preconceitos que os não-índios constroem historicamente sobre eles. Sem dúvida o

estereótipo mais difundido na mídia brasileira é certamente o do “primitivismo” das culturas indígenas. Tais grupos não se reconhecem nessas imagens que o “branco” constroem sobre eles e demonstraram suas experiências de acesso as tecnologias sem com isso perder seus processos identitários.

Nesse sentido, a experiência contribuiu, por um lado, para a desconstrução de estereótipos de cunho eurocêntrico sobre as populações indígenas. Por outro lado, constituíram-se em espaços de reflexão e crítica aos processos de exclusão digital, permitindo, desta forma, a compreensão de que a luta pela inclusão digital está intimamente relacionada à luta pela superação das severas desigualdades sociais, econômicas, culturais e regionais predominantes na realidade brasileira.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº. 11.645/2008**. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso 13/07/2014

BERGAMASCHI, M. A; GOMES, L. B. A Temática Indígena na Escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, 2012, p. 53-69.

BERGAMASCHI, M. A. (org). 2008. **Povos Indígenas e Educação**. Porto Alegre: Mediação.

BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. L. Formação de professores: as TICs estruturando dinâmicas curriculares horizontais. In: ARAÚJO, B.; FREITAS, K. S. **Educação à distância no contexto brasileiro**: experiências em formação inicial e formação continuada. Salvador: ISP/UFBA, 2007. pp. 73-92.

BONIN, I. T... Problematizando narrativas sobre os povos indígenas: um olhar sobre o ‘descobrimto’, o ‘encontro harmonioso’ e outras histórias contadas na escola. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. 1, junho, p. 61-72. 2006.

_____. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade? **Currículo sem Fronteiras**. Volume 10, n. 1, pp.133-146, jan/jun 2010.

GRUPIONI, L D B. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º 2º graus**, MEC, Brasília, 1995.

LEMONS, A.; MARQUES, F. P. J. A. **O Plano Nacional de Banda Larga Brasileiro: um estudo de seus limites e efeitos sociais e políticos**. Revista da Associação dos programas de Pós-Graduação em Comunicação/ECompós, Brasília, v. 15, n. 1, jan/abr. 2012.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MATTOS, F. A. M. e CHAGAS, G. J. N. Desafios para a inclusão digital no Brasil. **Perspectivas em ciência da informação**. V.13, n.1, pp67-95. Jan/abr/2008.

PEDROSA, N. B. Diálogo intercultural: currículo, inclusão digital e identidade cultural. In: NEVES, J. G. *et. all.* (orgs). **Escolarização, cultura e diversidade: percursos interculturais** Porto Velho-RO: EDUFRO, 2013. pp.95-105.

SILVA, M. P. A **diversidade étnico-racial na escola e a temática indígena em questão**: discutindo políticas públicas para a efetivação da lei 11.645/08. IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco – EPEPE, Caruaru, set. 2012.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; UNESCO, 2003

VORRABER COSTA, M. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos culturais ao campo do currículo. In. LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.